



CATÓLICA

CEID · CENTRO DE ESTUDOS
E INVESTIGAÇÃO EM DIREITO



CATÓLICA
RESEARCH CENTRE
FOR THE FUTURE OF LAW

LISBOA · PORTO



CATÓLICA

FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

Mecanismos de monitorização da CSER e a sua relevância jurisdicional interna

Portugal e a Carta Social Europeia

- **A Carta Social Europeia e a proteção internacional regional de Direitos Sociais**
 - Carta Social Europeia (1961): ratificada a 30/09/1991.
 - Carta Social Europeia Revista (1996): ratificada a 30/05/2002, com aceitação dos 98 parágrafos.
 - Protocolo Adicional de 1995: procedimento de reclamações coletivas ratificado a 20/03/1998.

Portugal e a Carta Social Europeia

- Não foi ainda aceite a Declaração que permite a organizações não governamentais nacionais apresentarem reclamações coletivas;
- O artigo 8.º, n.º 2 da Constituição assume a Carta como direito internamente aplicável enquanto o Estado Português se mantiver internacionalmente vinculado;

(<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168049289c>, acedida a 24/03/2016)

Portugal e a Carta Social Europeia

- **São órgãos relevantes:**
 - Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, instituído com a CEDH;
 - o Comité de Ministros e
 - o Comité Europeu dos Direitos Sociais.

Portugal e a Carta Social Europeia

- **O Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS)–
competências fundamentais (artigo 25.º§1 CSER)**
 - Adotar as conclusões no âmbito do procedimento de relatórios;
 - Adotar decisões ao abrigo do procedimento de reclamações coletivas.
- **Natureza quasi-judicial?**

Mecanismos de monitorização da Carta

- **Existem dois mecanismos de monitorização da CSER**
 - O sistema de relatórios; e
 - O sistema de reclamações coletivas.

Sistema de relatório

- **Sistema de relatório (artigos 21.º a 29.º CSER):**
 - Alcance do relatório a submeter:
 - Enquadramento legal;
 - Medidas tomadas (de natureza administrativa, programas, planos de ação) destinadas a implementar o enquadramento legal;
 - Dados pertinentes que revelem e demonstrem a aplicação das disposições.
 - Análise pelo CEDS.

Sistema de relatório

- Conclusões
 - Devem ser acatadas pelos Estados mas não são passíveis de aplicação coerciva interna;
 - Têm carácter declarativo: podem todavia servir de fundamento à declaração de invalidade de uma norma interna ou ao afastamento de legislação nacional por parte dos tribunais nacionais.

Sistema de relatório

- **Nova configuração a partir de 2006 (artigo 21.º CSER):**
 - Divisão da CSER em 4 grupos temáticos
 - a) Grupo 1: emprego, formação e igualdade de oportunidades (artigos 1.º, 9.º, 10.º, 15.º, 18.º, 20.º, 24.º e 25.º);
 - b) Grupo 2: saúde, segurança social e proteção social (artigos 3.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 23.º, e 30.º);
 - c) Grupo 3: direitos laborais (artigos 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 21.º, 2.º, 26.º, 28.º e 29.º);
 - d) Grupo 4: crianças, família e migrantes (artigos 7.º, 8.º, 16.º, 17.º, 19.º, 27.º, 31.º).

Sistema de relatório

- 2014: simplificação do procedimento
 - Submissão de um relatório simplificado a cada dois anos;
 - Divisão dos Estados que preenchem aquele pressuposto em dois grupos, de modo a distribuir o trabalho do Comité Europeu dos Direitos Sociais segundo o critério de número de reclamações apresentadas contra o Estado.
 - Os Estados que apresentam relatórios simplificados têm de declarar que ações de sequência foram tomadas em consequência das decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais nos procedimentos de reclamações coletivas, bem como devem responder a quaisquer questões levantadas a propósito de decisões favoráveis.
 - As recomendações do Conselho de Ministros.

Reclamações coletivas

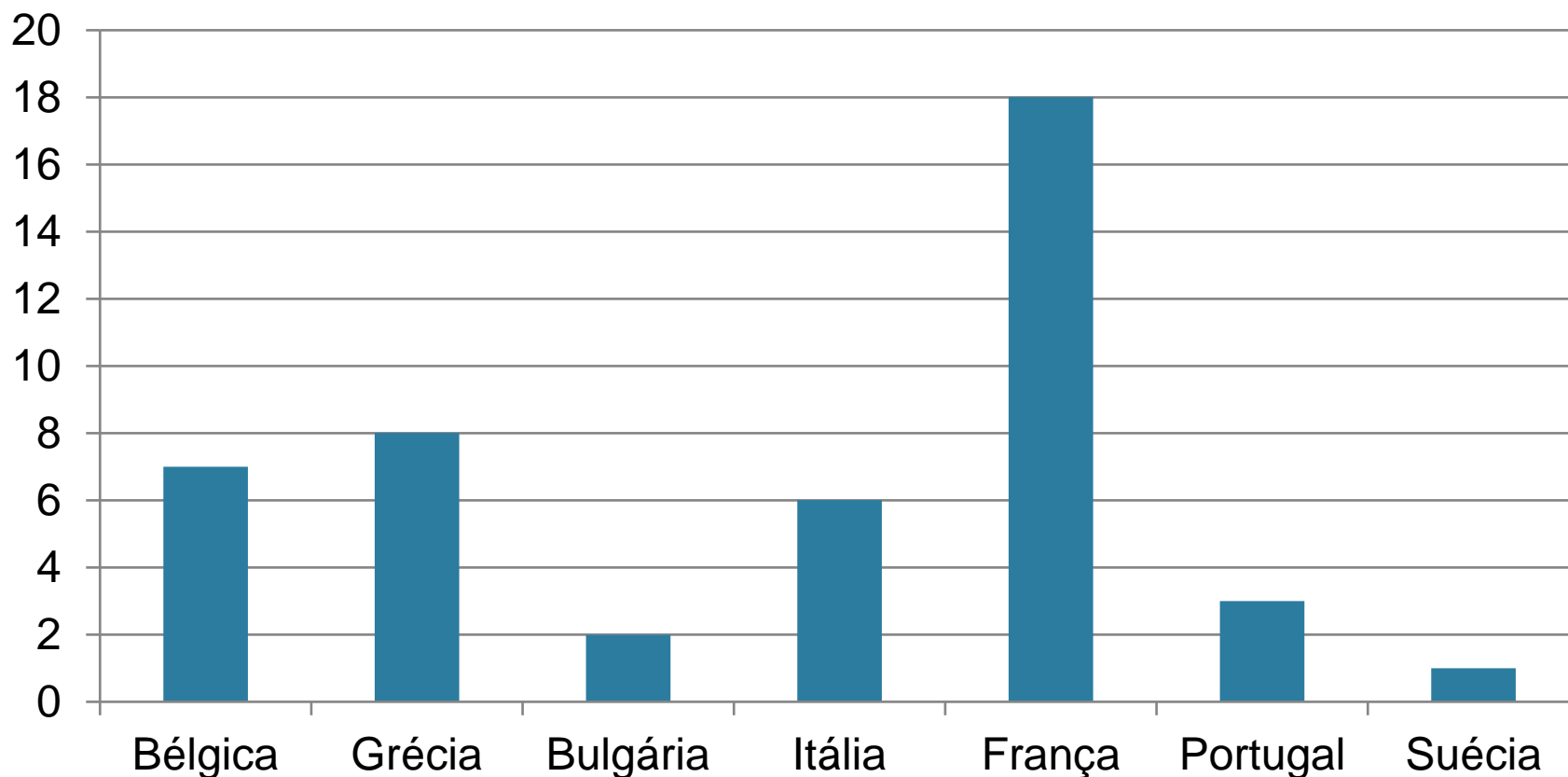
- **Procedimento de reclamações coletivas**
 - Introduzido pelo Protocolo Adicional de 1995;
 - Não são admitidas reclamações individuais; apenas coletivas;
 - Não existe a obrigação de exaustação prévia de meios de proteção jurídica e judicial internas;

Reclamações coletivas

- **Legitimidade ativa (artigo 1.º do Protocolo Adicional *ex vi* Artigo D CSER):**
 - Organizações internacionais não governamentais de empregadores e trabalhadores;
 - Organizações internacionais não governamentais dotadas de estatuto consultivo junto do Conselho da Europa;
 - Organizações nacionais representativas de empregadores e trabalhadores sujeitas à jurisdição da Parte Contratante reclamada;
 - Entre nós ainda não foi aceite a legitimidade de organizações não governamentais nacionais – cfr. o disposto no artigo 2.º do protocolo.
- **Legitimidade passiva:** Estado contratante e que tenha aceitado o procedimento.

Legitimidade de associações sindicais nacionais

Países - associações sindicais nacionais



Reclamações coletivas

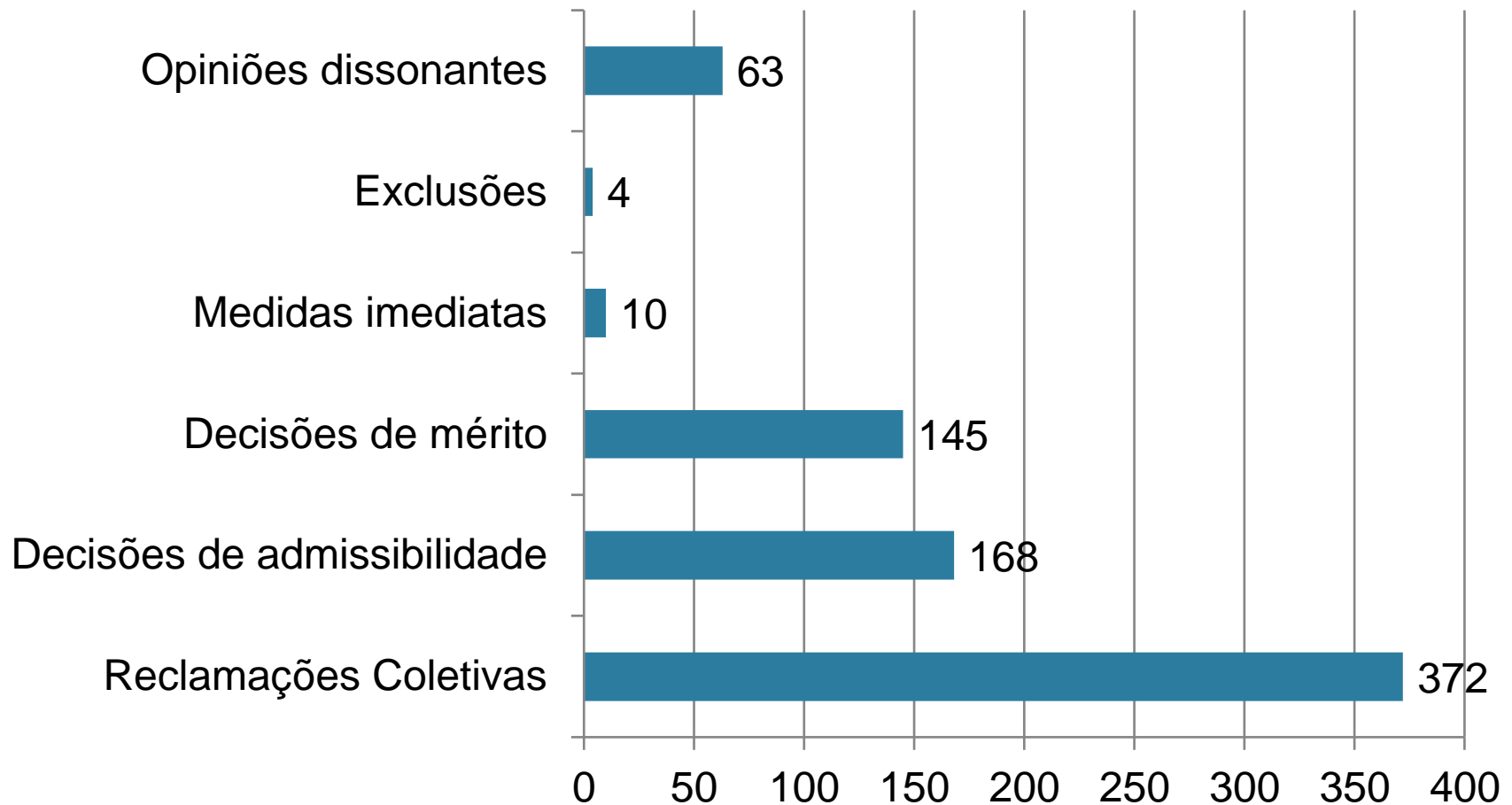
- **Tramitação:**
 - Fase da admissibilidade;
 - Requisitos formais: forma escrita, dirigido ao Secretário Executivo do Comité, identificando claramente o reclamante e o Estado reclamado;
 - Exposição da reclamação;
 - Relatório sobre a admissibilidade (procedimento prévio);

Reclamações coletivas

- Fase da decisão de mérito:
 - Admitida a reclamação, podem ser pedidos esclarecimentos/informações;
 - Audiência;
 - Apreciação do CEDS e comunicação ao Comité de Ministros para resolução ou recomendação;
 - Desde 2011, é possível a indicação de medidas imediatas;
- Fase pós-decisória

Dados relativos a consulta a 26/6/2016

([\)](http://hudoc.esc.coe.int/eng/#{\)



Mecanismos de monitorização da Carta

- **Dados relativos a Portugal: sistema de relatórios**
- **Conclusões de 2015** <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680593904> (acedido a 7/4/2016).

Dados gerais – sistema de relatório

(<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016806b7963> – consultado a 10/12/2016)

- Entre 1993-2015, foram submetidos nove relatórios (CSE) e 11 (CSER);
- Último data de novembro de 2015 e respeita à aceitação das disposições relativas a Emprego e igualdade de oportunidades (Art. 1.º, 9.º, 10.º, 15.º, 20.º, 24.º and 25.º
- O 12.º relatório, submetido em outubro de 2016, diz respeito a 2.º grupo temático “Saúde, Segurança Social e Proteção Social”

Dados do último relatório publicado (2016)

(<https://rm.coe.int/16806ebb83>)

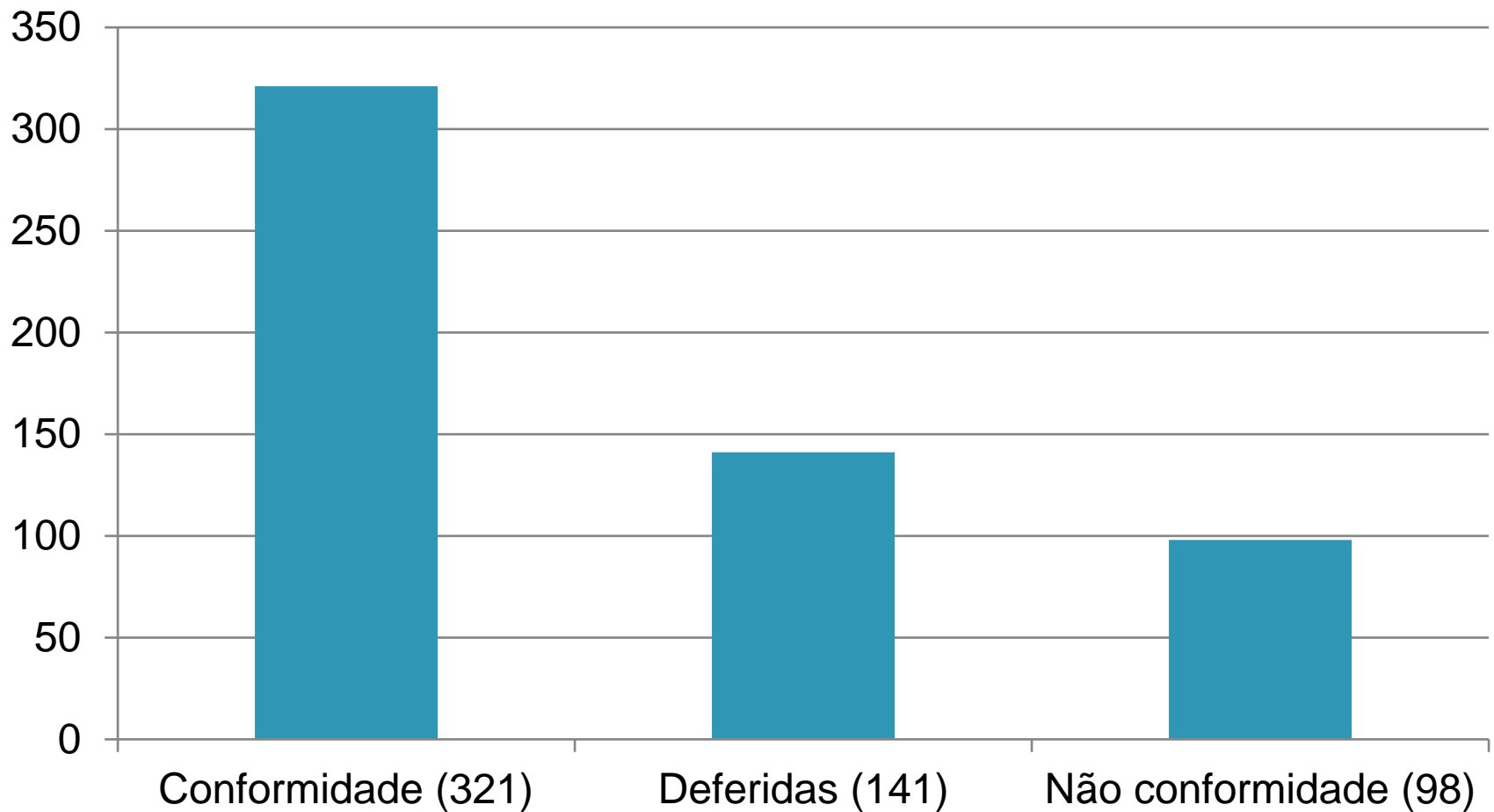
- **Período de referência: 1/1/2011 a 31/12/2014;**
- **13 conclusões de conformidade (artigos 1§§3 e 4; 6§4; 9; 10§§1, 2 e 3; 15§§1,2 e 3; 18§§2 e 4; 24)**
- **6 de não conformidade (artigos 1§§1 e 2; 10§§4 e 5; 18§1; 25);**
- **Foram registados avanços no domínio do emprego público;**
- **O próximo relatório versará sobre saúde, segurança e proteção social.**

Dados – Portugal

([http://hudoc.esc.coe.int/eng/#{"ESCDcLanguage":\["ENG"\],"ESCDcType":\["CON"\],"ESCStateParty":\["PRT"\]}](http://hudoc.esc.coe.int/eng/#{))

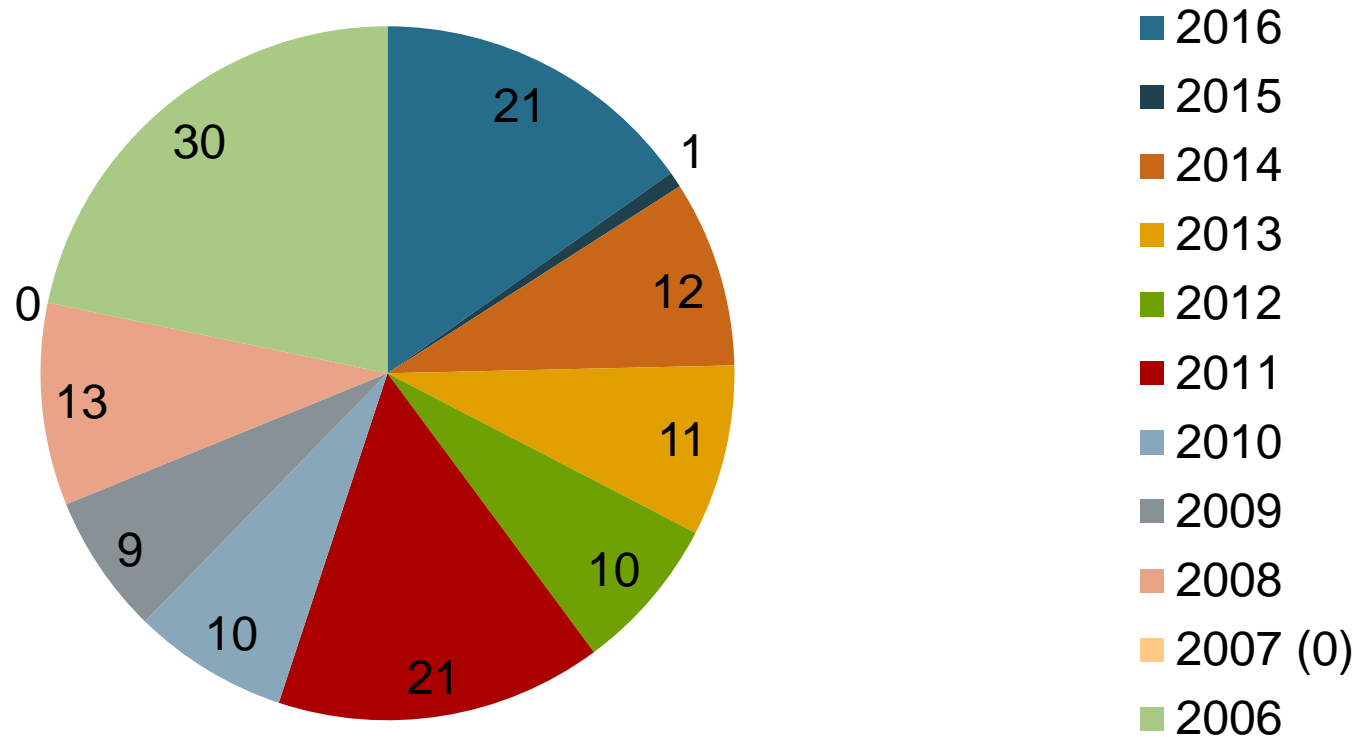


Dados por tipo de decisão



Distribuição pela década anterior

Total 138

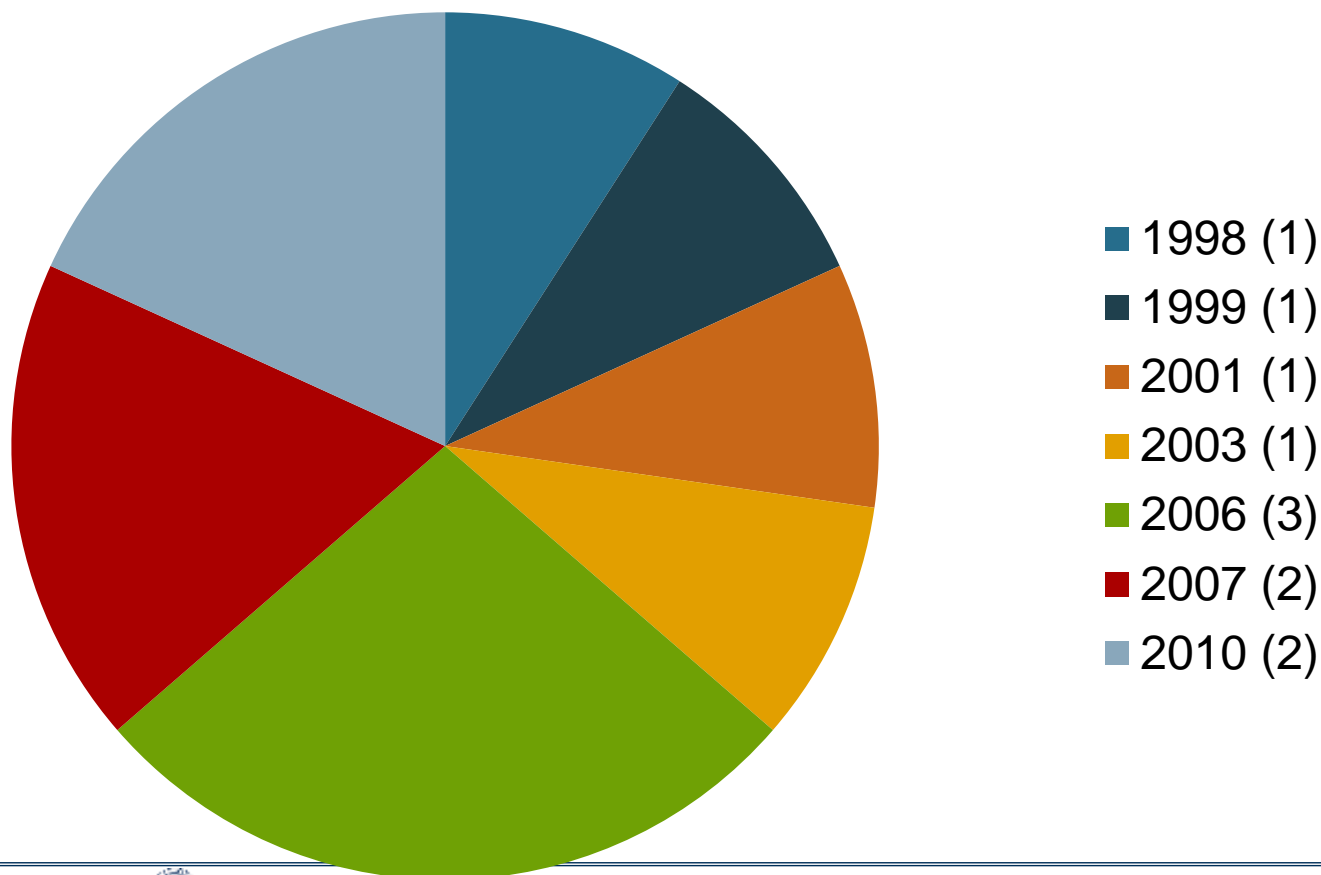


Dados gerais – reclamações coletivas

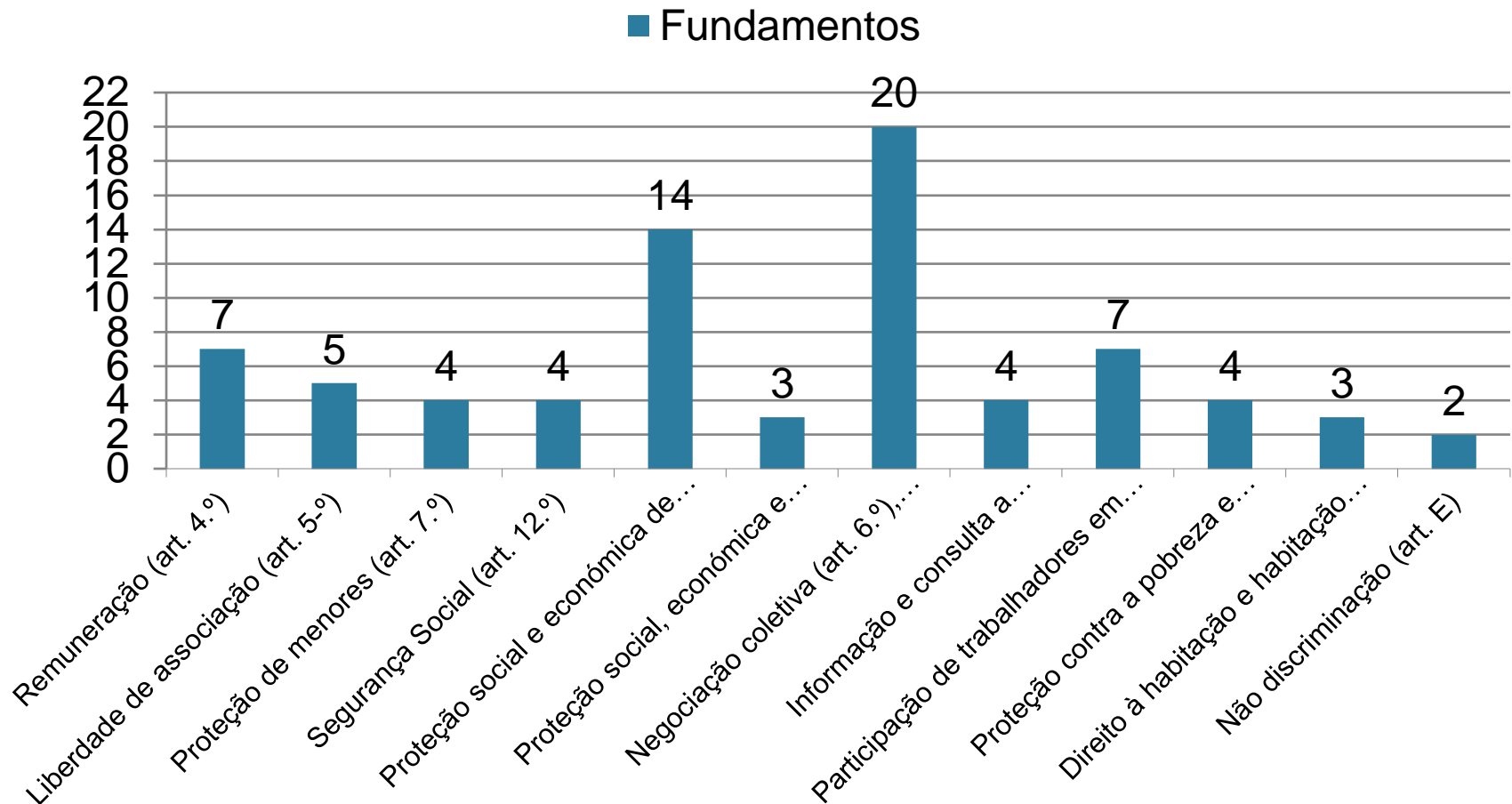
- **Das reclamações coletivas instauradas contra Portugal:**
 - Uma foi considerada inadmissível (Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública v. Portugal (Complaint No. 36/2006);
 - Em sete, foi considerado como não havendo violação: European Council of Police Trade Unions v. Portugal (Complaint No. 60/2010); Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) v. Portugal (Complaint No. 43/2007); European Council of Police Trade Unions v. Portugal (Complaint No. 40/2007); European Council of Police Trade Unions v. Portugal (Complaint No. 37/2006); World Organisation against Torture v. Portugal (Complaint No. 20/2003) ; European Council of Police Trade Unions v. Portugal (Complaint No. 11/2001); European Federation of Employees in Public Services v. Portugal (Complaint No. 5/1999);
 - Em duas, foi considerado existir violação mas foi corrigida: World Organisation against Torture v. Portugal (Complaint No. 34/2006); European Council of Police Trade Unions v. Portugal (Complaint No. 60/2010);
 - Em duas, foi considerado haver violação ainda não corrigida: European Roma Rights Centre (ERRC) v. Portugal (Complaint No. 61/2010); International Commission of Jurists v. Portugal (Complaint No. 1/1998)

Procedimento de reclamações coletivas

Reclamações Coletivas



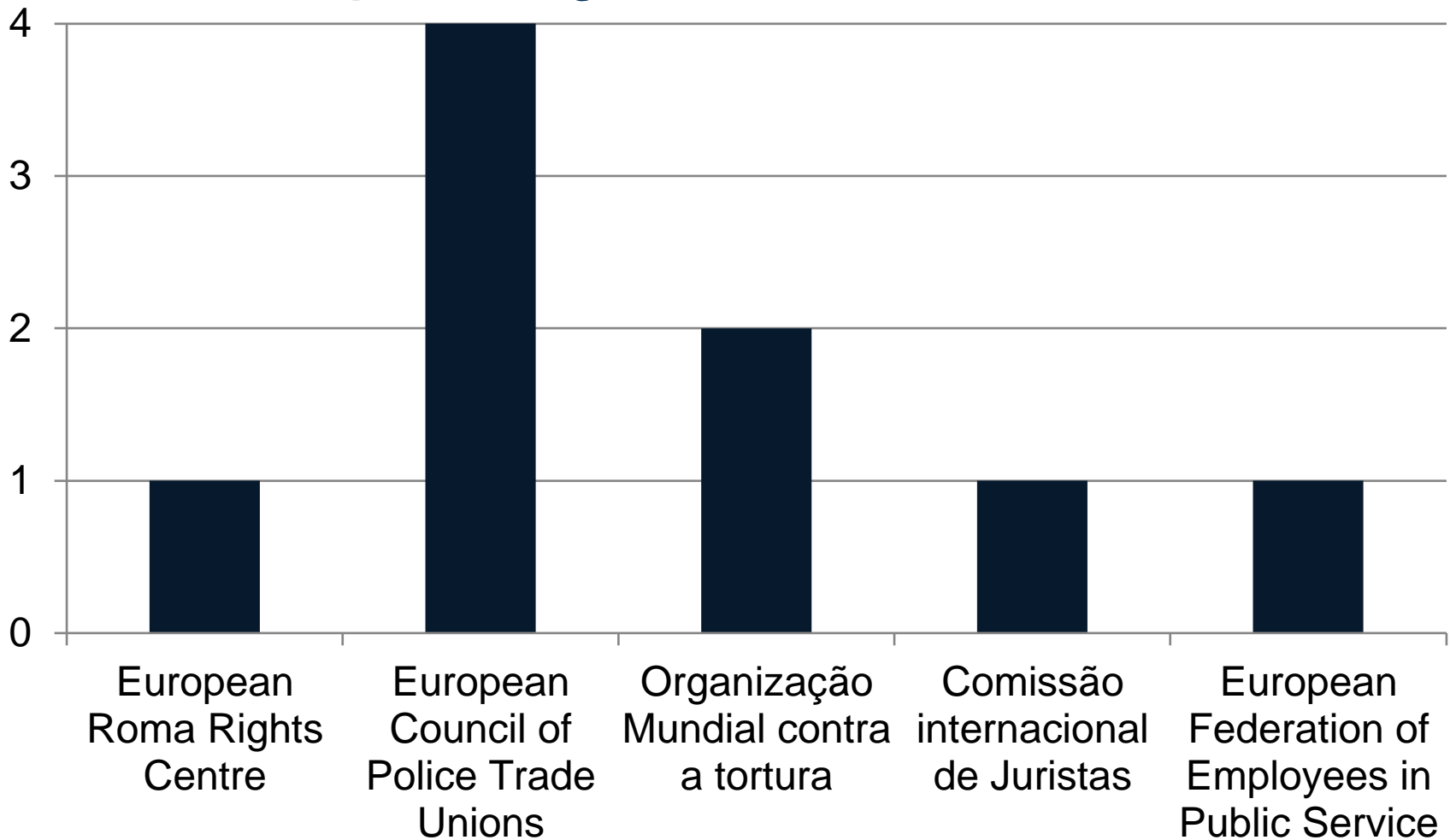
Procedimento de reclamação coletiva



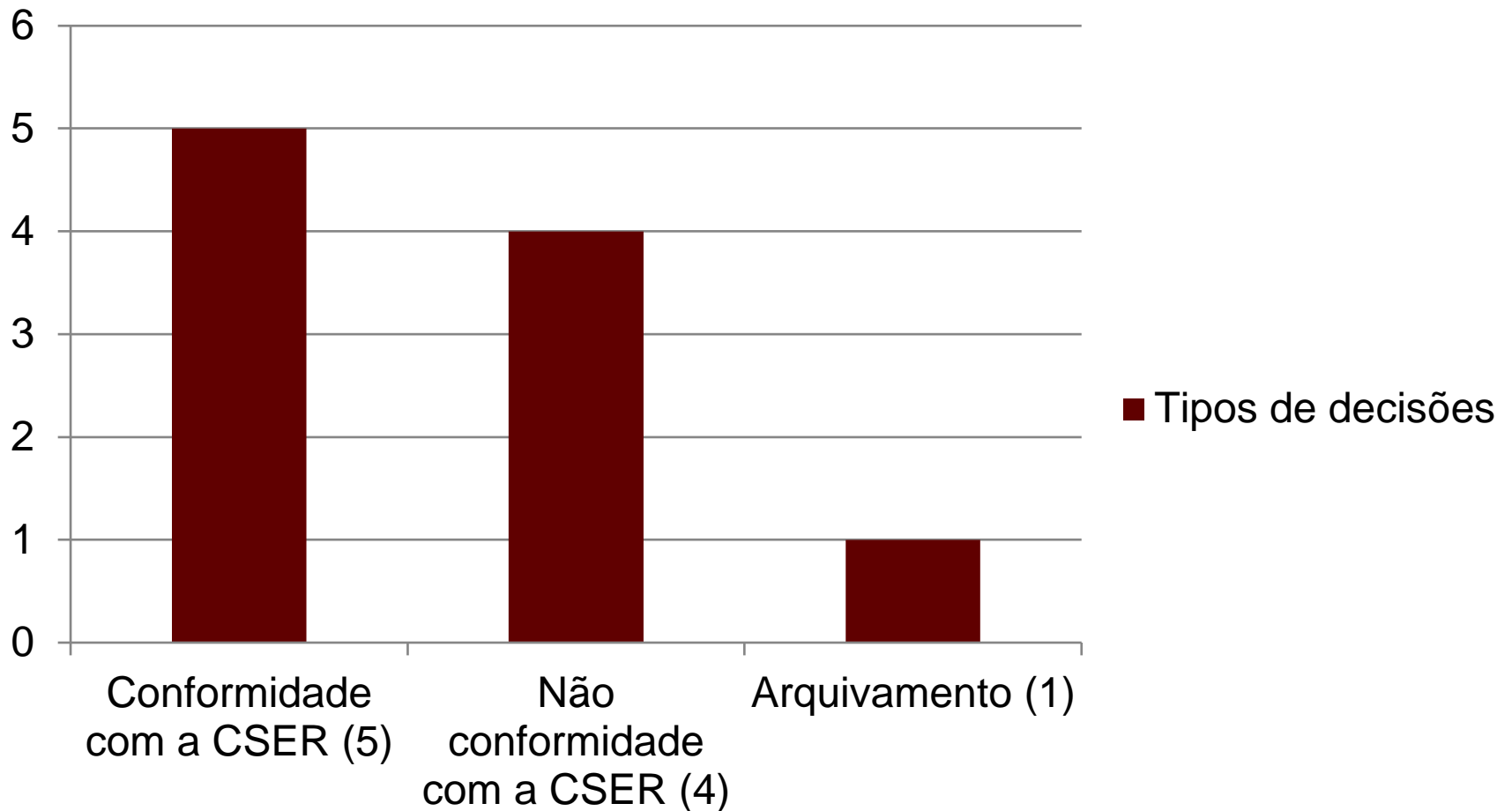
Natureza do reclamante



Organizações internacionais



Decisões



A interdependência do sistema de relatórios e o procedimento de reclamação coletiva

- **(a) a relação mais intensa respeita às conclusões de não conformidade, porquanto se segue a supervisão do CEDS especificamente associada a reclamações sobre as questões ali implicadas;**
- **(b) situações em que o CEDS se refere a decisões de mérito em relação a países que não aceitaram o procedimento de reclamações coletivas;**
- **(c) a não referência em conclusões às decisões de mérito ocorre quer em relação a países que subscreveram o procedimento quer em relação aos que não o fizeram;**

CSER e ordem jurisdicional interna

- **Reforço da tutela da CSER através da densificação da natureza quase judicial das decisões do CEDS;**
- **Reforço da relação entre os mecanismos de controlo;**
- **As instâncias jurisdicionais internas devem integrar as disposições nas suas decisões**